

UMA CONVERSA-VIAGEM:
ENTRE O PASSADO E O FUTURO DO ENSINO DE FILOSOFIA

Maurício Langon*
Laura Agratti**
Emmanuel Appel***
Sílvio Gallo****
Ester Maria Dreher Heuser*****

Resumo: Trata-se da transcrição de uma conversa-viagem ocorrida em 2008, após o “VIII Simpósio Sul-Brasileiro sobre o ensino de filosofia: filosofia, formação docente e cidadania”. Nesta conversa estão expressas experiências políticas, filosóficas e pedagógicas vividas no Brasil, na Argentina e no Uruguai por professores de filosofia, importantes personagens do cenário latino-americano no que diz respeito à formação de professores e à luta pela inclusão da Filosofia nos currículos do Ensino Médio brasileiro. Emmanuel Appel conta, em detalhes, o que se passou nos caminhos e descaminhos dos projetos de inclusão da disciplina, bem como retoma 37 anos do movimento em defesa da formação filosófica dos jovens brasileiros. Maurício Langón, responsável pelo registro dessa conversa, age como um jornalista provocador e instiga Sílvio Gallo a posicionar-se frente à especificidade da Filosofia e sua função na escola, assim como aos desafios que temos pela frente com a sua inclusão (a conversa se deu duas semanas antes de o projeto ser sancionado por José de Alencar, presidente em exercício) – tudo que ele afirma segue sendo desafio para nós. Langón chama Laura Agratti para a conversa e põe em questão a formação daqueles que vão ensinar aos jovens. Na oportunidade, ela trata das diferenças entre os casos brasileiro e argentino, põe em questão uma possível proposta curricular hegemônica, trata da importância do perguntar e dos problemas nas aulas de filosofia e, ao lado disso, questiona os usos da História da Filosofia. Por fim,

antes de chegar ao destino, Langón relata uma experiência e lança para nós, quatro anos depois de suas palavras, o problema da formação que merece ser pensado.

Palavras-chave: Filosofia; História; Especificidade; Formação.

Resumen: Se trata de una transcripción de una conversa-viaje que ocurrió en 2008, tras el “VIII Simpósio Sul-Brasileiro sobre o ensino de filosofia: filosofia, formação docente e cidadania”. Esta charla contiene experiencias políticas, filosóficas y pedagógicas vividas en Brasil, Argentina y Uruguay por profesores de filosofía, importantes personajes del escenario latino-americano con respeto a la formación de profesores y a la lucha por la inclusión de la Filosofía en los currículos de la enseñanza secundaria. Emmanuel Appel cuenta, en detalles, lo que pasó entre los caminos y descaminos de los proyectos de inclusión de la Filosofía. Él también recupera los 37 años del movimiento en defensa de la formación filosófica de los jóvenes brasileños. Mauricio

*Presidente da Asociación Filosófica del Uruguay y profesor jubilado de didáctica de la filosofía. mlangon@gmail.com

** Universidad Nacional de La Plata, Argentina. lagratti@isis.unlp.edu.ar

*** Universidade Federal do Paraná. emmanuelappel@uol.com.br

**** Universidade Estadual de Campinas, gallo@unicamp.br

***** Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Responsável pela organização, transcrição e tradução. esterheu@hotmail.com

Langón, responsable por el registro de la charla, actúa como periodista provocador y instiga Silvio Gallo a opinar frente a la especificidad de la Filosofía y su función en la escuela, así como los desafíos que tenemos adelante con su inclusión (la charla se pasó dos semanas antes del proyecto sancionado por José Alencar, presidente en ejercicio) – todo lo que él afirma sigue siendo un desafío para nosotros. Langón llama Laura Agatti para la charla y pone de manifiesto la formación de aquellos que impartirán clases a los jóvenes. En la oportunidad, ella trata de las diferencias entre los casos brasileiro y argentino, plantea la cuestión de una posible propuesta curricular hegemónica, además de tratar de la importancia del preguntar y de los problemas en las clases de Filosofía. Y, además de eso, cuestiona los usos de la Historia de la Filosofía. Por fin, antes de llegar al destino, Langón relata una experiencia y deja a nosotros, cuatro años después de registrar sus palabras, el problema de la formación que necesita ser pensado.

Palabras-clave: Filosofía; Historia; Especificidad; Formación.

Apresentação: lembranças de uma viagem

Sílvio Gallo

“Terminado o *Simpósio Sul-Brasileiro de Ensino de Filosofia* que em 2008 aconteceu na Universidade de Caxias do Sul, saímos de Caxias no sábado (17 de maio) bem cedo, conduzidos por um bom motorista da UCS. No carro estavam, além de mim, Laura Agratti, professora da Universidade Nacional de La Plata, comprometida com a formação de professores de Filosofia na Argentina, discípula do saudoso Guillermo Obiols; Emmanuel Appel, professor de Filosofia política da Universidade Federal do Paraná, incansável lutador e peça chave nos

debates e brigas parlamentares no Brasil pela inclusão da Filosofia na educação média, desde a época do substitutivo proposto pelo Deputado Padre Roque – não fosse o Emmanuel, certamente não teríamos hoje a Filosofia como disciplina obrigatória; Mauricio Langón, filósofo e agitador uruguaio – tendo sido Inspetor Nacional de Filosofia naquele país, Maurício é um dos responsáveis pela condição do ensino de Filosofia no Uruguai hoje e, não satisfeito com isso, há pelo menos 15 anos batalha no apoio aos colegas brasileiros; isso para não dizer de sua atuação com argentinos e outros colegas sul-americanos. Íamos tranqüilos apreciando a linda paisagem pela sinuosa estrada da Serra Gaúcha, quando Maurício sacou do bolso um gravador portátil e disse que queria gravar nossos testemunhos sobre os processos de discussão e luta pela introdução da Filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio brasileiro. Tentamos dissuadi-lo da ideia, mas Mauricio é tenaz e insistente. Começou a perguntar a cada um e a colocar o gravador próximo de nossas bocas, como a dizer: “Falem! Não há o que calar!”. Aos poucos o gelo foi sendo quebrado, as palavras começaram a fluir, a paisagem da serra foi animando a conversa, que correu solta. Quando nos demos conta, estávamos em Porto Alegre. Emmanuel e Laura foram fazer seu check-in e como eu e Mauricio só tínhamos nossos vôos mais tarde, fomos na companhia de Vanderlei Carbonara, professor e hoje coordenador do Curso de Filosofia da UCS, que nos aguardava na capital gaúcha, passear nas margens do Guaíba. Pois é, o Mauricio transformou uma manhã que seria “perdida” em uma viagem de carro em uma sessão de de-

bate e memória. O resultado dessa animada conversa pode o leitor descobrir a seguir, graças ao paciente trabalho de recuperação e transcrição da Profa. Ester Heuser, atualmente na Unioeste-Campus Toledo/Pr.”

Appel: Vou então contando, Maurício, como foram os penúltimos movimentos desta luta de 37 anos¹: nós da Filosofia, que em âmbito nacional nunca estivemos politicamente muito organizados, nos somamos aos sociólogos e ainda fomos beneficiados pela aliança que os dirigentes do Sinesp/Sindicato dos Sociólogos de São Paulo tinham feito com a APEO-ESP/Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, o maior e um dos mais influentes sindicatos da rede de ensino público do Brasil. Um exemplo basta para mostrar a importância desta aliança: a mudança ocorrida no início de 2007 na Câmara da Educação Básica dentro do CNE.

Langón: O que é o CNE?

Appel: É o Conselho Nacional de Educação, órgão que integra o Ministério da Educação, composto também pela Câmara de Educação Superior, ambas com atribuições normativas em matéria de educação. Vamos resumir dizendo que cabe ao CNE zelar pela legislação educacional. No início do ano passado, dentre os novos conselheiros para lá indicados, encontrava-se a presidenta da Apeoesp, Maria

Isabel Noronha, e isto fez com que esta entidade se tornasse ainda mais importante para a nossa luta em favor da obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio. Sim, respaldados por uma grande entidade de classe (criada em meados dos anos quarenta e com tradição de luta desde o final dos anos 1970), alguns dirigentes dos sociólogos paulistas – aos quais nos somamos, nós do Fórum Sul Brasileiro de Filosofia e Ensino –, aumentamos a nossa capacidade de convocação, de mobilização, lotamos o plenário do CNE com professores do Ensino Médio; professores universitários comparativamente não havia, apenas uns poucos, tão poucos que por duas vezes recrutamos consultores legislativos que tinham sido professores! Os do Ensino Médio, em grande parte eram professores de Brasília e de Goiânia e até de São Paulo, que vieram de ônibus. Cientes do que estava em jogo, esses bravos militantes do magistério levantaram a voz, protestaram, aplaudiram – fizeram da audiência uma assembléia pública – procurando influir na votação dos conselheiros. A Apeoesp e entidades aliadas também enviavam representantes que nos acompanhavam (a mim e ao Lejeune Xavier de Carvalho, presidente do Sinesp, nosso comandante-em-chefe) em visitas a gabinetes de parlamentares, em debates na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e na do Senado, em reuniões na Secretaria da Educação Básica no MEC. Estou registrando isso porque não só diz bem da necessidade que teremos na seqüência (só faltam 15 dias para o Lula sancionar) de manter-nos organizados: quase tudo o que aconteceu, foi uma demonstração bastante clara de que só

¹ Considerando que tínhamos em vista publicar a transcrição desta conversa, em sua revisão, o amigo Appel considerou por bem acrescentar detalhes desta história de 37anos, contribuindo, assim, para fazer desta transcrição um documento histórico.

recuperamos direitos, só temos direitos se organizados para defendê-los.

Langón: Essa experiência é importante para nós no Uruguai, porque agora vamos discutir uma lei da Educação e só há direito, concordo, quando há participação efetiva das pessoas.

Appel: Então vou mais longe nesse relato: nessas últimas semanas ficou evidente a força do Conselho Federal de Psicologia. Se nós não tivéssemos nos constituído como um grupo organizado, não teríamos evitado que o projeto que tornava a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias no currículo do Ensino Médio, retornasse do Senado para a Câmara, atropelado que estava sendo pela bem articulada movimentação dos psicólogos. Há uma regra nos trâmites do Congresso Nacional: todo projeto que vem da Câmara para o Senado e que for emendado no Senado volta para a Câmara. No contexto de nossa luta, significaria que em vez de tentarmos convencer 81 senadores teríamos que voltar a convencer 513 deputados. E certamente os dirigentes dos psicólogos que tentavam pegar carona na nossa luta sem nos consultar conseguiriam encontrar senadores dispostos a apresentar emendas, o que faria o PL, o Projeto de Lei demorar mais ainda, talvez mais alguns anos! Vale dizer que este episódio é um dos que confirmam como a política institucional ainda está sujeita aos impasses mais retrógrados, anacrônicos. Eu acho que já contei para o Sílvio, mas vale resumi-lo: uma senhora, casada com um secretário de Estado (antes de casar fora dirigente dos psicólogos e havia trabalhado no Congresso, segundo nos contaram) – secretário com *status* de Ministro –, utilizava seu

capital de ex-funcionária e, claro, sua condição de mulher de ministro para ligar para os senadores e inclusive para o Palácio do Planalto, para a Casa Civil: ligava pedindo apoio ao PL que incluía a Psicologia também como disciplina obrigatória na grade curricular, lembrando que ele poderia ser apensado ao PL da Filosofia e da Sociologia. E conseguiu que um senador (Sebastião Machado de Oliveira, do PT do Acre e que tinha chegado ao Senado na condição de suplente da Senadora Marina Silva, escolhida ministra do Meio Ambiente) pedisse vista, adiando assim a sua tramitação por mais algumas semanas. O senador não teria voltado atrás se não tivéssemos em grupo –, formado por professores, estudantes, dirigentes de entidades, assessores de bancadas e de parlamentares –, entrado no seu gabinete, mostrando que sabíamos (nesse momento foi decisiva a atuação de Carlos Ramiro de Castro, presidente da Apeoesp e também suplente de Senador, de Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, que soube utilizar sua representatividade não se deixando intimidar pela polícia legislativa, chamada para tumultuar nossos protestos contra o pedido de vistas) das conseqüências e mobilizaríamos nossas entidades. Então, é preciso estar muito atento porque inclusive no Congresso e em cima da hora, a política submete-se aos interesses os mais inesperados, mesmo quando institucional ainda obedece a agentes familiares, estamentais, burocráticos. Raymundo Faoro e seu “Os Donos do Poder” que o diga! Tomara Maurício que no Uruguai os psicólogos sejam desde o início nossos aliados, na discussão dessa Lei, nos encaminhamentos políticos, na escolha de suas alternativas. Doravante, o nosso

maior desafio é garantir como implementar o que vai ser sancionado. Nessas semanas temos feito marcação cerrada junto ao Palácio do Planalto: acreditamos que o Lula vai sancionar e isto pelo menos do nosso ponto de vista poderá significar uma inflexão política à esquerda frente ao período anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Ainda que o poder tenha outras prioridades, ditadas pelo pragmatismo, pela praga da *Realpolitik*, Lula e o PT sabem que não têm nada a perder. O próprio PSDB desta vez acabou votando a favor, porque percebeu que uma nova recusa (a primeira se deu, lembro, em outubro de 2001 quando FHC, desconsiderando o amplo apoio da sociedade civil organizada, – apoio obtido graças ao trabalho coordenado por dirigentes da Federação Nacional dos Sociólogos, Lejeune, então chamado de Mato Grosso, dentre eles –, vetou o Projeto de Lei do então Deputado Federal Padre Roque Zimmerman, do PT-Pr) dificilmente seria aceita e acabaria beneficiando ainda mais o PT e seus aliados na Comissão de Educação e Cultura: grande parte dos membros desta Comissão e de sua congênere no Senado foi sendo municiada de bons argumentos, desde a retomada da luta pela obrigatoriedade das duas disciplinas já no início de 2003 (nesse ano e até meados de 2004 trabalhei em Brasília como assessor da Secretaria de Educação Superior do MEC e, deste, digamos, “posto de observação privilegiado” não podia deixar de refazer as articulações, tentar dar impulso nessa retomada, apesar do olímpico distanciamento do ensino superior em relação ao médio). Sancionado, sua implementação passa por convencer as Secretarias Estaduais de Educação e seus Departamen-

tos de Ensino Médio a instituir GTs de Filosofia e de Sociologia e assim discutir com professores da rede pública – inclusive aqueles que não estão formalmente habilitados – um programa de formação. Aliás, nós aprovamos (o Sílvio estava lá participando de uma das mesas) no Primeiro Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia e Filosofia, realizado em São Paulo, em julho do ano passado – preparado por uma comissão organizadora da qual fiz parte representando o Fórum Sul Brasileiro de Filosofia e Ensino, ao lado do Lejeune e de dirigentes da Contee/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, da Cnte/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Anfope/Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação, da UBES/União Brasileira de Estudantes Secundaristas, da UNE/União Nacional dos Estudantes e da Apeesp (que inclusive emprestou a sua sede no centro de São Paulo, ao lado da Praça da República, para as reuniões mensais preparatórias) – aprovamos, dizia, um bom prazo para que os professores que trabalham com essas disciplinas sem nelas terem sido habilitados, possam optar por algum programa de formação em Filosofia ou em Sociologia.

Langón: Esses programas existem ou há que inventá-los?

Appel: Há que inventá-los. E pra tanto há que levar em conta a discussão sobre formação de professores, que vem de anos, e a que fizemos nesses dias em Caxias. Incorporá-la aos objetivos dos Departamentos de Filosofia, embora possa parecer simples não temos motivos para nos animar, que

nos levem a acreditar nisso! Tento me explicar: tomando a Filosofia como uma especialidade universitária, de discurso conceitualmente paciente, rigoroso em seu encadeamento – não estamos levando em conta, portanto, todo o período anterior ao aprendizado de extração francesa, ao aprendizado de um método, de uma tecnologia de leitura e comentário de textos conforme o figurino francês, que tendo o seu início em meados dos anos 1930 na USP instaura um processo que privilegia a formação e assim à constituição de um percurso, de uma continuidade do trabalho filosófico no Brasil –, certamente não é demais afirmar que aqui no Brasil a Filosofia nas universidades está muito bem constituída: há um bom número de departamentos, circulação de professores, publicações, artigos, algum espaço nos meios de comunicação etc. Desde a segunda metade dos anos 1970 a produção filosófica vem aumentando e vem se dando cada vez mais em âmbito nacional, os que trabalham com Filosofia na universidade, em seus cursos de mestrado e doutorado, com seus encontros regulares, comunicações em congressos e tudo o mais (fomento e agenciamento de interesses aí incluídos), têm hoje, sob esse prisma, um histórico consolidado. Sim, mas com aspas aí neste consolidado, aspas para marcar, claro, o distanciamento do sentido, mas também o distanciamento daquele aprendizado: se o transplante francês era para organizar a inteligência filosófica, provocar sua desprovincianização, baixar seu tom doutrinário, tal propósito, de valor inegável (a profissionalização dos pesquisadores não foi o único), necessariamente não previa, não implicava uma reflexão tão aut centrada, quase uma espécie

de reflexão sem flexão, sem desdobramento, descomprometida. As aspas, ainda que ao pô-las não acompanhemos necessariamente a descrição de Adorno: “marotas e satisfeitas lambem os lábios”, cabem bem: grande parte do corpo docente voltou-se prioritariamente para as suas carreiras, alguns deles até com toques de mestre na delimitação de suas especialidades, sendo ainda assim, pelos critérios acadêmicos dominantes, reconhecidos como competentes: não apesar de terem se tornado especialistas, também porque se tornaram especialistas, produtivos especializados! E não importa muito agora anotar que suas carreiras e salários estiveram na dependência de especialistas (se bem que não resisto em ficar imaginando o que diria hoje Gilda de Mello e Souza, que em 1972 ao proferir a aula inaugural do Departamento de Filosofia da USP, - a volta ao passado, aos anos 1930/40, aos professores Jean Maugüé, Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide, escolhidos por Dona Gilda para, por meio de seus/deles escritos do período, dar uma ideia da atmosfera intelectual daqueles primeiros anos universitários, anos depois tratados por Lévi-Strauss em *Tristes trópicos* – a chamou de *aula terminal* no sentido de que não representaria uma abertura, antes um fechamento, a conclusão de um período –, que talvez pudesse ser chamado de artesanal e do qual fora testemunha –, porque *sem especializações*), que, vinha dizendo, foram avaliados por especialistas e não tinham outra saída; não importa tampouco anotar que a universidade, querendo evitar o risco de se tornar uma instituição anacrônica diante, vamos simplificar, do movimento acelerado das coisas, diante do curso do mundo, impôs o

ritmo *publish or perish*, próprio de uma ordem social cada vez mais competitiva. Importa constatar que os professores se fecharam dentro das universidades, romperam com a perspectiva do engajamento e, acrescento, como se não vivessem numa sociedade sem nenhuma tranquilidade histórica! Importa ainda constatar quanto à questão levantada por Langón, uma clara hipoteca social, uma pesada dívida pública: a formação de quadros de Filosofia para o Ensino Médio. Por enquanto, quase tão somente nas instituições em que a Filosofia começou a ser incluída no vestibular (na Carta de São Leopoldo, tirada na reunião do Fórum Sul de 2004, há um registro e uma breve análise dessa inclusão) é que alguns de seus professores passaram a se interessar pelo que está acontecendo nesse ensino. E isso embora mereça registro ainda é pouco, muito pouco diante do desafio que temos pela frente. Quanto à boa expectativa de que, num convênio com as Secretarias de Educação, os que trabalham com Filosofia e Sociologia nas universidades sejam convocados a contribuir com a formação dos que já trabalham no Ensino Médio, convém, pelas aspas que acabamos de por, não deixá-los sozinhos! Sim, a maior parte de nós não passou pelo Ensino Médio nem o suspeitou como objeto digno de reflexão, pouco sabemos dos alunos, de suas inquietações – dos que chegam à graduação deduzimos o seu capital cultural, mas raramente levando em conta o sentido que lhe deu Bourdieu –, logo é preciso também convocar os professores deste ensino que podem ter um importante papel, sobretudo junto aos seus novos colegas, junto aos que em breve vão se iniciar na profissão. Vamos precisar

de muita gente agora, já que o que vai ser assinado pelo Lula determina no mínimo duas horas-aula em cada uma das três séries. Aliás, como vão reagir os professores das outras disciplinas já que vão perder aulas? Isto não é tão simples, porque se trata dos seus empregos e da diminuição de salários que já eram baixos. Sim, com a volta da Filosofia e da Sociologia ao pacote básico, à grade curricular do Ensino Médio, vamos atingir interesses materiais e de sobrevivência diretos. Temos uma parada dura pela frente. E não nos interessa estabelecer uma “luta de classes”, da classe da Matemática, da classe do Português e das demais classes com as novas classes, com as velhas novas classes da Filosofia e da Sociologia. Se entrarmos nisso sem uma grande discussão, se não nos propormos a fazê-la – e desde a formação e a função do educador às suas sórdidas condições materiais (aí incluído o tempo de preparação das aulas e suas estratégias didáticas, uma batalha absolutamente decisiva, junto com a dos salários, para os professores e para a educação), vamos começar muito mal.

Langón: Haveria que demonstrar porque é importante incluir Sociologia e Filosofia. Por que é importante? Pois não é uma luta corporativa. Ou é?

Appel: Temos que mostrar que não é uma luta meramente corporativa. Se bem que também não podemos negar que é corporativa (daí ter dito antes que temos uma parada dura pela frente). Não podemos e nem vamos entrar nessa de dourar a pílula, de apresentar nossos interesses com uma cobertura de chocolate, na verdade há empregos que nos interes-

sam e que já foram nossos – foram arrancados de nós nos anos de chumbo da ditadura militar –, e cuja oferta, abertura de concursos, diga-se já, precisa ser urgentemente exigida. Feitas as contas, vamos – e esta pergunta me permite avançar na discussão –, certamente, estar apoiados no que as duas disciplinas podem significar para a formação dos alunos; no caso da Filosofia não apenas por que são mais de dois mil e quinhentos anos, contados desde as praças públicas atenienses, de virtudes formativas, não só por que enquanto criação dos gregos, dos sofistas e de Sócrates, está permeada por um ideal de formação que importa colocar a serviço da educação de nossos jovens, antes por ela própria ser muito menos uma questão de aptidão natural e muito mais de preparo. Assim, de um lado, a Filosofia (enquanto conteúdo e ato de filosofar) pode ajudar – dependendo, é bom não esquecer, das condições de trabalho dos professores – os estudantes a conquistar sua autonomia, torná-los sujeitos de sua própria história, de seu próprio romance, de sua aventura intelectual; de outro, pode ajudar a escola em seu diagnóstico e a pensar a educação como um processo de formação, processo cumulativo, criativo e crítico de formação cultural, como *Bildung*. Tanto assim? Não estou delirando? Tanto assim não seria hoje uma ilusão sem futuro, não se estaria abraçando uma ficção, escrevendo um novo capítulo do desencontro das ideias e seus destinatários? Então não vivemos tempos de capitalismo cultural, de cultura e dinheiro (já desde algum tempo integrados, cada vez menos indistinguíveis), de cultura e capital financeiro, de cultura como isca para o capital, alimento para os negócios, de *polis* transfor-

mada em *city* (isto é, não como espaço público de conflitos e reencontros entre cidadãos, mas como espaço e objeto de negócios lucrativos, como cidade-mercadoria, cidade-empresa, cidade competitiva) tempos difíceis, portanto. Contudo, ainda que a mercadoria tenha colonizado a vida, comercializado as almas (a expressão, tomo-a de Roberto Kurz), o que nos toca enquanto professores – confiando que não queremos nos assumir como consciência infeliz, cristã, piedosa, nem tampouco de quem sabe de cor as lições iluministas, mas não pode mais exercitá-las – senão oferecer resistência (e resistência pautada por medidas estratégicas, fecundas, que não se contentem em apenas diminuir o estrago), devolver ao sujeito o papel de protagonista, apostar no processo de formação? Aposta que necessariamente precisamos tornar coletiva, do conjunto das disciplinas, do conjunto de seus professores, não apenas da Filosofia. Na conjuntura de hoje, tirando os reacionários de praxe, fora os direitistas de carteirinha, contamos, vamos dizê-lo assim, com certa simpatia da sociedade, não apenas de seus setores organizados; parte da opinião pública talvez tenha a expectativa que a Filosofia entre em cena para ensinar os alunos a pensar! Espera-se que possa dar um jeito nesse desafio! Ora, não podemos aceitar que joguem esta responsabilidade, no mínimo assustadora (afinal, nesses tempos de consensos forçados, de encobrimento de atritos com a realidade, pensar é também não ceder, recusar-se a obedecer, aprender a dizer não), tão somente sobre nossos ombros.

Langón: Quero perguntar ao Sílvio por que para ele foi importante que

se tenha retirado a Filosofia e a Sociologia dos currículos e, por que agora é importante introduzir a Filosofia e a Sociologia nos currículos? Além disso, como se dá essa aliança interdisciplinar entre Filosofia e Sociologia e quem sabe, com Psicologia – que eu não entendi muito bem como ela pegou carona. Tu poderias dizer Sílvio, por que seria importante, por razões de fundo, não corporativas, a (re)introdução da Filosofia e da Sociologia que em algum momento foram retiradas?

Sílvio: Não sei dizer em relação à Sociologia, mas em relação à Filosofia me parece que a importância é porque, do modo como eu a concebo pelo menos, me parece que ela possibilita certo tipo de pensamento que só a Filosofia possibilita, que é só dela, que é próprio dela): um pensamento diferente do pensamento científico, diferente do pensamento artístico e que numa formação da escola média, precisaríamos tê-lo da maneira mais articulada e completa possível. Os nossos currículos, em geral, são muito centrados nas ciências, temos currículos que são fundamentalmente científicos, com pouco espaço para as humanidades e pouco espaço para a arte. Parece-me que, se queremos proporcionar para os jovens uma formação mais abrangente, mais completa e articulada, teríamos que ter essas diferentes instâncias de pensamento presentes aí. E no caso da Filosofia, ela lida com conceitos, o que as demais disciplinas científicas não fazem. O problema é que só a inclusão da Filosofia não resolve, porque tampouco nas disciplinas científicas nós temos um ensino voltado para o exercício do pensamento científico. Nós temos muito mais um ensi-

no, que aqui chamamos de conteúdo, voltado para a transmissão do conteúdo e para a recepção do conteúdo. Parece-me que teríamos que ter também uma discussão nas demais ciências que estão no currículo acerca da necessidade de que sejam um espaço para o estudante aprender a pensar cientificamente e aí me parece que a Filosofia traria, nessa (re)organização, a possibilidade de ter uma formação em que o estudante fosse levado a pensar cientificamente, pensar artisticamente e a pensar filosoficamente.

Langón: Com a introdução da Sociologia, nesse sentido, significaria um modo de se pensar cientificamente ou ela correria o risco de se transformar em um ensino meramente repetitivo do que já se sabe?

Sílvio: Ah, sim, corremos o mesmo risco com a Filosofia, claro. Mas, no caso da Sociologia, o que me parece importante, é que tenhamos a possibilidade de uma formação política e cidadã mais articulada e aí podemos ter uma articulação interessante entre a Filosofia e a Sociologia. Inclusive a nossa legislação articula justamente isso: é importante o ensino da Filosofia e da Sociologia como base para uma formação cidadã e para o exercício da cidadania. Também parece que a articulação entre elas está aí. Como é que eu leria isso? Leria justamente pela perspectiva de que uma cidadania plena se exerce quando o sujeito é sujeito de seu próprio pensamento nas diversas facetas que temos desse pensamento e, portanto, teríamos que ter a Filosofia aí presente. Com isso acho que a gente dilui um pouco a preocupação que o Emmanuel colocava quanto ao dizer que

a Filosofia vai ensinar a pensar. Se a gente parte do princípio que a Filosofia vai ensinar o jovem a pensar, já estamos dizendo que só a Filosofia vai ensinar a pensar, e aí será um desastre. Todas as outras disciplinas tem que participar desse aprendizado. Foi comum aqui na discussão que tínhamos na década de 80, justificar a necessidade da presença da Filosofia ou por conta do desenvolvimento do pensamento crítico do estudante ou por conta do aspecto interdisciplinar. Isso me parece um discurso perigoso porque se a gente diz que só teremos a interdisciplinaridade na escola se tivermos Filosofia, estaremos colocando uma carga muito grande de responsabilidade sobre a Filosofia.

Langón: E já não seria uma verdadeira interdisciplinaridade.

Sílvio: Exato, porque se depende da Filosofia você não tem uma interdisciplinaridade de fato. Então, me parece que a Filosofia tem esse caráter interdisciplinar, tem a possibilidade de colaborar com ele, mas não é ela que vai promovê-lo. É preciso que todo o currículo esteja voltado para isso. A mesma coisa eu diria em relação ao pensamento crítico. Não é só a Filosofia que ensina a pensar criticamente. É necessário que se pense, por exemplo, a pensar criticamente na Matemática, na Sociologia, na Química, na Física, em geral. Então, esse discurso que faz uma articulação muito direta entre a importância crítica da Filosofia ou da Sociologia, de qualquer disciplina, colocando uma carga absoluta sobre ela, me parece que pode até ser desastroso porque se incluirmos a Filosofia pensando nisso e daqui a alguns anos percebermos que ela não dá conta disso, porque

ela jamais dará conta disso sozinha, se tira de novo a Filosofia do currículo. Então, eu prefiro justificar a sua presença pela especificidade do pensamento filosófico que não está presente nas outras disciplinas e que, por isso, seria importante que o estudante tivesse acesso a esse tipo de pensamento filosófico. Parece-me que seria essa a argumentação que poderíamos fazer, sobretudo em torno da importância da Filosofia.

Appel: Aproveitando o gancho de vocês, Maurício e Sílvio, quanto à interdisciplinaridade, ao caráter interdisciplinar da Filosofia, gostaria de lembrar uma outra característica que desafortunadamente a acompanha, a da transversalidade. Sílvio a conhece bem, há uma década atrás já escrevia sobre a transversalidade e mais recentemente – num artigo sobre conceito e transversalidade – nos alertava sobre os seus riscos, sobre os riscos de um discurso que engrandecia a Filosofia para lhe retirar a condição de disciplina, um discurso mais ou menos assim: a Filosofia é tão importante que não pode se limitar ao espaço disciplinar, cabe-lhe atravessar as demais disciplinas, afirmar-se em sua transversalidade, em sua situação transversa, oblíqua! Pois bem, não posso deixar de contar, em especial para Maurício e Laura, como a crítica deste discurso foi decisiva em nossa luta: na Carta de Londrina, tirada no VI Simpósio do Fórum Sul realizado na UEL há dois anos atrás, deixamos claro que tratar a Filosofia e a Sociologia pelo viés da transversalidade, implicava em deixá-las, ao mesmo tempo, em todo e em nenhum lugar, em toda e em nenhuma parte; afirmamos que somente enquanto matérias de ensino, enquanto disciplinas, é

que seus conhecimentos podem verdadeiramente contribuir com a interdisciplinaridade; que a eliminação da disciplina enquanto tal impede a própria interdisciplinaridade, que é por seu meio que se pode estabelecê-la. Em termos bem claros: sem tratamento disciplinar não há nenhuma chance da Filosofia transmitir aos alunos sua tradição crítica, nenhuma chance do conceito agarrar o seu objeto. Mas, ainda não contei como esta compreensão foi decisiva em nossa luta. Apenas e à medida que também conseguimos socializá-la com antecedência e nos dias de votação, montamos uma eficiente operação de guerra junto aos conselheiros do CNE e depois junto aos parlamentares, em seus estados e junto aos seus assessores em Brasília, no Congresso Nacional. Claro que, sem adotar nenhuma estratégia especial, tiramos proveito da dívida histórica para com a Filosofia e a Sociologia, banidas juntas nos chamados anos de chumbo da ditadura militar. Quando se tirou a Filosofia, também se tirou a Sociologia. E isso se deu numa única voz de execução, numa única ordem, em meados de 1971. Uma nova legislação, cujas origens podiam ser localizadas no acordo Mec-Usaid (e seus, digamos assim, vetores modernizantes: educação e desenvolvimento, educação e segurança, educação e comunidade) deixou-as de fora do núcleo comum, rebaixadas para matérias optativas. E mesmo assim, mantê-las nessa condição e ofertá-las cabia só aos diretores das escolas! Na verdade, acabaram sendo substituídas por duas disciplinas escandalosamente ideológicas: respectivamente por Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política. Então, o fato de terem sido jogadas para escanteio, fez com que ca-

minhassem naturalmente como cúmplices (o que não significa que não possam caminhar juntas numa situação não autoritária: suas lógicas internas, seus estatutos próprios, se levam a uma delimitação de fronteiras, estas não permanecem fechadas) nesta longa jornada de volta, de levantamento de barricadas, de reafirmação de sua pertinência e de reintegração ao currículo nacional.

Sílvio: Há um elemento interessante aí que, diferentemente da Argentina em que a ditadura não tirou a Filosofia do currículo, aqui a retirada fortaleceu justamente essa argumentação em torno da importância da Filosofia e da Sociologia para uma sociedade democrática. Porque na Argentina, ao menos é o que eu tenho ouvido falar, durante a ditadura a disciplina foi mantida nos currículos, mas como um espaço para fazer o discurso do regime, usando-se a Filosofia para justificar a ditadura. No Brasil não, aqui o regime tirou essas disciplinas e colocou as que o Emmanuel lembrou pra fazer o discurso do regime. Isso preservou de alguma maneira, para a Filosofia e para a Sociologia, a questão de serem disciplinas importantes para a convivência democrática.

Langón: No Uruguai sempre teve 3 horas semanais de Filosofia, nos três últimos anos de Ensino Médio. Na ditadura, tratou-se de trocar os conteúdos de Filosofia, mas não se retirou o nome: se excluiu alguns professores, se designou outros favoráveis ao regime, os Inspetores garantiram que certos autores e temas não fossem ensinados. Porém, a Filosofia seguiu existindo. Tenho a impressão de que a maior parte dos professores se refugiou, inclusive para não transmitir a

ideologia do regime e não serem perseguidos, na transmissão de conteúdos com mais peso no lógico, epistemológico e psicológico e menos peso no ético e social. Como no Uruguai os conteúdos psicológicos sempre integraram a matéria “Filosofia”, em certo momento se trocou o nome de “Filosofia” no último ano de Ensino Médio, por “Psicologia”. De todo modo, não conheço estudos que tratem do que ocorreu no período ditatorial sobre isto, e, como estive exilado, não passei por essa experiência. No Uruguai, no Ensino Médio, os conteúdos de Psicologia integraram e integram a disciplina Filosofia e são ensinados por professores de Filosofia (uma minoria dos quais são também psicólogos). Aproveito para voltar ao que contava Emmanuel e pergunto: o que tem a ver a Psicologia com a luta no Brasil pela reimplantação da Filosofia e da Sociologia? Por que os psicólogos se somaram a esta luta?

Appel: Vou voltar ao episódio da carona não só para deixá-lo mais claro, também para permitir que esta última pergunta do Maurício possa ser reformulada: em meados do ano passado quando do último Congresso Nacional de Psicologia, instância que aprova as diretrizes para a ação dos Conselhos de Psicologia, dentre um número imenso de teses, uma única apresentou encaminhamentos no sentido de promover a reflexão e divulgar a importância da Psicologia no Ensino Médio. Isso se deu, cabe sublinhar, em meados de 2007, menos de um ano atrás. Um pouco antes, em fevereiro ou março de 2007, a deputada Luiza Erundina, destemida ex-prefeita de São Paulo, havia entrado com um Projeto idêntico ao apresentado onze anos antes pelo

deputado Pe. Roque Zimmerman, (do PT do Paraná) apenas acrescentando a Psicologia ao lado das palavras Filosofia e Sociologia, aumentando assim as disciplinas que conforme a LDB servem ao exercício da cidadania. Ora, os psicólogos pelo menos poderiam, seja por meio do Fórum de suas entidades nacionais ou do Conselho Federal de Psicologia, ter discutido com os Departamentos de Ensino Médio das Secretarias Estaduais de Educação quais conteúdos da Psicologia seriam relevantes para o Ensino Médio. Não foi apenas por falta de tempo que não o fizeram: antes de junho de 2007, portanto antes do seu último Congresso, entidades como a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, a de Psicologia Educacional e Escolar, a Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento, dentre outras, não tinham entre os seus principais objetivos a inclusão da Psicologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio. Tampouco estiveram conversando conosco nesses 37 anos de lutas. E nem estamos considerando as primeiras, as lutas que fizemos com a SEAF/Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, criada no Rio de Janeiro em 1976 e ampliada com regionais em alguns estados, aqui no Paraná em 1979. Não conversaram conosco quando do já mencionado projeto do Deputado Pe. Roque – em Curitiba, na Federal, o NeseF/Núcleo de Estudos sobre o Ensino de Filosofia, promoveu debates com a presença do padre deputado --, projeto aprovado no Senado em setembro de 2001 e vetado em outubro por FHC, com moções de protesto nos Encontros de Cursos de Filosofia, realizados em 2002 em diferentes regiões brasileiras. Não nos procuraram em 2003 quando na gestão Cris-

tovam Buarque um projeto de lei em favor da obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia foi elaborado (acompanhei de perto todo o processo de sua redação) pelo MEC. Embora mantido na gestão Tarso Genro em 2004 acabou não sendo encaminhado para não prejudicar a tramitação do Projeto de Lei do Deputado Ribamar Alves (do PSB do Maranhão), que já havia passado pelas principais comissões da Câmara. Este mesmo PL do Dep. Ribamar é o que agora, após ter sido assumido e relatado pelo Senador Valter Pereira (do PMDB de Goiás), sofrido um pedido de vistas em decorrência da campanha e da pressão dos psicólogos, está para ser sancionado pelo Lula. Se demos uma olhada nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, também resultantes de seminários regionais (em que participaram representantes de Secretarias Estaduais de Educação), publicadas em 2006 pela Secretaria de Educação Básica do MEC, essas orientações não contemplam (lamentavelmente, diga-se e sem nenhuma ironia!) a Psicologia. Nas audiências da Câmara da Educação Básica do CNE, promovidas para rever uma resolução de 1998 que retirava da Filosofia e da Sociologia o tratamento disciplinar, – audiências que, após intenso trabalho político, levaram por unanimidade os membros do CNE a rever aquela resolução de 1998 (no histórico 10 de julho de 2006), homologada pelo Ministro Fernando Haddad em ato público (reivindicado, lembre-se, pela coordenação nacional dos filósofos e sociólogos) realizado um mês depois, na manhã de 11 de agosto, no auditório do MEC em Brasília. Bem, em nenhum desses momentos as entidades dos psicólogos se fizeram presentes!

Não tivemos tempo nessas últimas semanas para um exame mais apurado, mas pergunto se esta ausência nas lutas não se explicaria também pela diminuição dos cursos de Psicologia com licenciatura, se não foram deixando a área de educação pela de saúde? Deixe-se claro, no entanto, que nem no calor dos recentes acontecimentos, nos somamos aos que preferem a Psicologia nas equipes multidisciplinares contratadas pelas escolas para conversar com os professores e alunos que passam por situações pessoais e disciplinares mais complicadas. Basicamente, aí se espera que a Psicologia seja um corretivo para aqueles alunos não integrados; os alunos rebeldes, os mais apocalípticos, seriam entregues aos psicólogos! Em resumo e retomando o que vinha dizendo: foram muitos os momentos em que a Psicologia poderia e deveria ter ingressado nesta luta de 37 anos: com o Projeto da nobre Deputada Erundina quis pegar uma carona sem perguntar se estávamos dispostos a oferecê-la. Na verdade, os psicólogos sabiam que os filósofos e sociólogos, nessa etapa, pelas razões já levantadas, de processo legislativo, não poderíamos incluí-los; não conversaram conosco e iniciaram esta campanha que, do ponto de vista organizativo, não só impressionou bastante como chegou a provocar aquele pedido de vista. Atrás, falei do risco de uma “luta de classes” com mais 12 horas-aula (6 de Filosofia e 6 de Sociologia), esta não explodiria (somadas as 6 das classes de Psicologia) numa grade curricular já esgarçada? Quando num dos nossos encontros no CNE em Brasília propus um Ensino Médio de quatro anos – proposta que é preciso voltar a fazer –, os psicólogos presentes talvez pudessem

tê-lo apoiado e não apenas porque assim também haveria lugar para a Psicologia, antes para aumentar as chances de que já no Ensino Médio os jovens possam constituir um olhar mais consistente sobre a realidade, enriquecer sua existência, alargar seus projetos. Bem, vou parando por aqui convencido que a expressão “pegar uma carona” agora ficou bem clara. Não entramos no terreno da caricatura, não dissemos que com o seu projeto a Psicologia tentou pegar uma carona utilizando-se inclusive do potencial que oferece no tratamento de alunos rebeldes. No entanto, esta redução da Psicologia a um trabalho clínico, que certamente não a explica nem tampouco os psicólogos a aceitariam sem questionamentos, não deixa de estar presente na justificação do PL. Ora, há bons motivos para se incluir a Psicologia, não duvidamos da contribuição que pode dar aos jovens em sua busca de identidade, que pode emprestar aos processos educativos: não vou listar os pontos em que se explicitaria essa contribuição, claro que não vou me meter a ensinar o padre a rezar a missa, mas se é muito maio de 68 rejeitarmos uma Psicologia que sirva aos interesses da produção, que não afirme a inalienabilidade da condição humana, fiquemos do lado dos que põem a Psicologia a pensar nas opressões sobre a subjetividade na sociedade administrada, sem falar de Freud e de outros clássicos. Agora, incluir na justificação os serviços que pode prestar a uma cidadania bem comportada (“sem vandalismos, depredações impulsivas, descontroles emocionais”) não apenas pega mal para os psicólogos, exige indagar como se chegou tão longe!

Langón: Por aí se poderia até chegar à lobotomia!

Appel: Se não chegamos a tanto, quando nos reunimos para analisar a justificativa do PL não foram poucos os que se lembraram de *Clockwork Orange*/Laranja Mecânica, do Stanley Kubrick. Como se sabe, neste filme, numa Londres de futuro não muito distante, laboratórios procuram livrar o cérebro de impulsos agressivos. Na verdade, Maurício, se nosso problema com os dirigentes dos psicólogos foi certamente de ordem política, quando se fez uma outra associação, desta vez bem-humorada, com a lendária laranja mecânica que, sob o comando de Johan Cruiff, levou os holandeses à final da Copa de 1974 atropelando todos os adversários com o seu futebol total, – fiquei com o sentimento que apenas adiamos uma discussão, incômoda no período em que se avançava no CNE e no Congresso, mas que teremos oportunamente de enfrentar: trata-se do sentido da cidadania, da Filosofia e da Sociologia (e também da Psicologia pelo projeto da Deputada Luiza Erundina) “como conhecimentos necessários ao exercício da cidadania”, conforme inciso IV do já extinto Art. 36 da Lei Darcy Ribeiro (LDBEN 9394/96). Sei que em reuniões anteriores do Fórum Sul já fizemos (especialmente o Sílvio) esta discussão mas à proporção em que o capitalismo tardio avança, seu triunfo vem exigindo “cidadãos” bem-comportados e estratégias culturais para convertê-los, como já sinalizamos... Bem, antes disso, antes de voltar a pô-la em pauta, em duas ou no máximo três semanas, teremos pelo menos uma boa oportunidade de, – fiquemos assim, controladamente, parlamentarmente, *noblesse oblige*

–, “aparar as arestas desse imbróglio político”: estaremos discutindo a inclusão da Psicologia no Ensino Médio numa audiência pública, proposta pelo Deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR) e já aprovada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Devem participar desta audiência, além de mim e do Lejeune, representantes da Secretaria de Educação Básica do MEC, do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Langón: Bom, não podemos seguir essa conversa para sempre. Já temos um bom material. Gostaria de perguntar à Laura algo que tem a ver com a formação de professores para o secundário, no pressuposto que é importante a formação de professores de Filosofia e, presumimos, de Sociologia. Como se haveria de encarar a formação daqueles que vão ensinar aos jovens, o que não é exatamente aquela formação de pesquisadores com algum complemento pedagógico? Não é mesmo?

Laura: Esse é um grande problema: incluir uma disciplina no currículo, que no Brasil não tem propriamente tradição curricular, e para todas as escolas! Isto é realmente um desafio enorme, vai incluir uma quantidade grande de questões, tais como: as corporativas, as concepções de Filosofia, o lugar da História da Filosofia, a problemática filosófica. Bom, o que é nosso, o que importa na hora de formar um professor de Filosofia precisa ser reeditado entre os professores dos cursos de Licenciatura, entre os colegas; há que se voltar a pensar juntos este tipo de questões que fazem a prática docente em Filosofia,

que são as questões de fundamento. Todo o processo de reforma, de mudança, de instalação gera rupturas com algumas disciplinas e com alguns agrupamentos de pessoas e aqui no Brasil haverá uma forte discussão porque estamos incluindo uma linguagem que não estava presente, a linguagem da Filosofia. Então, é claro que se o projeto realmente tiver êxito no Brasil, é preciso pôr à disposição de todos os professores as investigações que se vêm realizando na área, o que vai gerar uma grande discussão para tratar de que tipo de aluno e de subjetividade que vai se construir na escola brasileira. Se der pra pôr esta ideia de que a Filosofia é um tipo de pensamento particular que complementa a formação integral dos jovens, e que tem alguma importância na interdisciplinaridade de pensamentos que integram a escola secundária, isso terá efeitos, sobretudo se todos nos comprometermos com esta ideia. Seguramente levará muitíssimos anos, por causa da extensão desse país e porque as realidades regionais são diversas, isso no mínimo será muito controverso. Trata-se de uma tarefa de anos, eu creio que será muito difícil, mas há sempre a possibilidade de assumir os riscos. Então, acredito que será um grande desafio fazer as discussões coletivas com professores de outras disciplinas e, por outro lado, a formação, a capacitação de professores. Na Argentina, com a reforma, temos tido problemas porque – por sorte aqui os currículos são por disciplinas –, como o currículo é por áreas de conhecimento, temos que compartilhar nosso espaço com disciplinas que não se sabe onde colocá-las, estamos juntos com Direito e Psicologia – as áreas de Ética e Formação cidadã estão presentes nos conteúdos de

Psicologia, de Direito e de Filosofia. Isso foi terrível para o currículo porque Filosofia era Ética para os alunos, se reduzia Filosofia à Ética. Porém, neste momento, todas as escolas têm Filosofia, tanto as técnicas como as comerciais, não é somente o “bacharelado” [correspondente ao Ensino Médio brasileiro] e está como um espaço curricular específico. No entanto, não é tão fácil relacionar o caso argentino com o brasileiro. O grande problema na Argentina é que não há recursos humanos para cobrir todos os cargos de Filosofia e não há políticas de programas de capacitação e atualização para aqueles que não são professores de Filosofia. O que está acontecendo nas escolas é um pouco diferente e pobre, eu creio que há uma nova crise no ensino de Filosofia na Argentina e que não estamos atendendo. Somos poucos. Os departamentos de Filosofia das universidades priorizam a investigação, fazem com que os alunos egressos prefiram bolsas de pesquisa e não se conscientizam desse problema do professorado, não se preocupam com a formação de professores do Ensino Médio que não têm formação filosófica. Eu creio que é sério e nada está sendo feito.

Langón: Já que eu estou aqui fazendo perguntas e o papel de jornalista, quero fazer à Laura uma última pergunta. Parece-me que tu dás certa importância ao perguntar na função da Filosofia, gostaria que você pudesse explicar um pouco isso. Ademais, já que tu tratas de fazer com que teus alunos perguntem, quero perguntar-te se tu queres fazer alguma pergunta aos colegas do Brasil?

Laura: Bom, sim, a pergunta filosófica me parece importante na medida em que o que ela provoca com sua presença é o deslocamento, esse distanciamento com a coisa estudada e, então, me parece que a pergunta sempre convoca nossa relação com a verdade. Isso é uma coisa importantíssima: pôr em questão o valor da verdade, o alcance e os limites das verdades e do que essas verdades provocam em nossa existência. Nesse sentido, a Filosofia é fértil para qualquer disciplina, qualquer conteúdo estudado pode ser logo debatido. Pondo esta pergunta que nos distancia da verdade aprendida e a problematiza, podendo, então, aí efetivar a racionalidade crítica: problematizar os fins, não os efeitos, não somente discutir os meios para alcançar que fim, senão problematizar esses fins e nossa relação conosco mesmos e com outros. Parece que essa é a ideia, estou tratando de reeditar uma velha polêmica, a polêmica levada adiante pela Escola de Frankfurt: a luta por uma teoria crítica que siga questionando e criticando a racionalidade instrumental. Eu creio que isso se impõe. Escutei durante o Simpósio que se trata de sair, de pôr outro discurso que enfrente o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que é preciso que apareça o humano. Pois bem, com que racionalidade se constrói essa posição? Quê racionalidade estamos discutindo em última instância?

Pergunto a Sílvia e a Emmanuel, já que Mauricio deixou eu fazer uma pergunta: vocês estariam de acordo em sustentar uma posição de Filosofia para a escola brasileira que se diferencie por regiões e modalidades de ensino ou pensam que o Estado brasileiro deveria armar um currículo homogêneo para todas as escolas do

Brasil, que sirva para qualquer modalidade? E, se nós pensamos que a Filosofia é essa forma de pensamento, de racionalidade crítica, devemos fazê-la por igual em todas as escolas do Brasil ou há que ser feita de maneira diferenciada?

Sílvio: Eu acho que é uma questão complicada, porque no Brasil hoje, quando a gente consegue a aprovação da inclusão da Filosofia e da Sociologia na educação média, é para a escola média regular, não está prevista a escola técnica, salvo engano, não sei se o Emmanuel vê da mesma maneira. Porque o ensino técnico no Brasil tem o caráter de ser complementar da educação média, mas nós temos escolas técnicas, sobretudo as escolas técnicas federais, que desenvolvem um currículo específico de formação técnica. Parece-me que se pensamos a inclusão das duas disciplinas também nessas escolas há que ter certa diferença em relação ao ensino regular. Mas também, mesmo no Ensino Médio regular, acho que precisa ter uma atenção especial às diferenças regionais do Brasil. Por ser um país tão grande e com tantas diferenças culturais, o desafio é pensar um currículo que tenha uma base de unidade nacional, isso me parece importante, mas também haver uma margem de diferenciação regional que possibilite que a Filosofia lide com certos aspectos culturais específicos das regiões. O desafio hoje é: como armar esse currículo para não deixar a coisa absolutamente solta – a ponto de cada um poder fazer o que bem entender, o que pode ser complicado –, mas possibilitar que, ainda que tenhamos uma base comum nacional, haja uma margem para atender as diferenças regionais. Neste aspecto

das diferenças regionais, nas escolas técnicas teremos que pensar uma maneira diferencial de incluir nos currículos as duas disciplinas em relação à escola regular.

Appel: A Filosofia enquanto uma racionalidade, uma razão crítica que se instaura e se movimenta pelo questionamento, pela problematização, até acho, Laura, que por sua fertilidade (e por claro vínculo às origens gregas, ao *daimon* socrático que Platão chamou de pensamento dialético) poderia diminuir, pelo menos num primeiro momento, as dificuldades de se construir um currículo mínimo nacional. Já enquanto projeto frankfurtiano, enquanto crítica da razão instrumental, dos aspectos sombrios do iluminismo, da noção de progresso, da crença nas presunções emancipadoras da ciência e da técnica, das regressões da sociedade unidimensional, das promessas que não levaram a Filosofia a sua realização (condenando-a assim a se criticar desapiedadamente); enfim, por essas e outras inestimáveis contribuições da Teoria Crítica da Sociedade, ainda teremos que batalhar muito. Um relato biográfico facilita a compreensão da dificuldade que teremos da batalha a ser vencida: em “Teoria Crítica, Ontem e Hoje”, inicialmente uma conferência dada por Horkheimer em 1969, ainda sob o impacto da morte então recente de Adorno, após contar que ambos tiveram um maravilhoso professor de Filosofia que lhes ensinara – ensinamento do qual é prova a própria Teoria Crítica – que para ser filósofo era preciso conhecer as ciências naturais, mas também algo de arte, de música e composição,

arremata Horkheimer: “graças ao nosso professor temos um conceito diferente do hoje corrente, o conceito de que a Filosofia não é uma especialidade”. Ainda assim, discutir este currículo – na verdade, desde sempre um campo de luta, quaisquer que sejam nossas ideias a seu respeito –, importa muito porque favorecerá aqueles estados ou regiões onde esta discussão sequer está posta: a existência de um número expressivo de cursos de Filosofia não significa que a discussão esteja garantida nem, menos ainda, que venha sendo ultimamente feita. Onde ela acontece há mais tempo e avançou – seja em decorrência dos padrões de direito, de sociabilidade, de razões econômicas e políticas, seja inclusive devido a equipamentos culturais –, este avanço se encontra em níveis muito diferenciados, exigindo que essa discussão curricular seja proposta logo após a aprovação do projeto pelo presidente. Ainda que evidente esta exigência, pô-la em pauta, volto a dizê-lo, não será tão simples: departamentos com professores altamente especializados, indiferentes ao que se passa em sua volta, incapazes de articular conhecimento e mundo, está longe de ser uma exclusividade da Filosofia. Como dá pra ver, Laura, não consigo deixar de lado este problema – mesmo assim *et pour cause* é preciso tentar. Antes de rapidamente entrar nas considerações do Sílvio, gostaria de me servir de mais um episódio – garanto que pertinente –, de nossa luta: em junho de 2003, numa audiência pública da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, diante da avaliação que os secretários de educação, alegando insuficiência de dinheiro para contratar professores e desrespeito à

autonomia constitucional dos sistemas estaduais de ensino, mobilizariam suas bancadas para vetar o projeto da obrigatoriedade, passamos a admitir e até advogar – ainda que as alegações fossem discutíveis, sobretudo a da falta de dinheiro, da insuficiência de fundos públicos –, uma implantação gradual, começando pelas capitais e pelas cidades que sendo referências regionais possuem equipamentos de cultura: bibliotecas, jornais, cinemas, teatros, museus, corais, orquestras, bandas, cafés etc. Se lá, cinco anos atrás, não apontávamos senão uma saída, um ponto de partida com a alternativa da implantação gradual, hoje penso que esboçávamos também uma saída para o impasse em que nos metemos: a Filosofia tem que sair de si mesma, pensar-se inserida na cultura (ousar abrir-se para a constelação da crítica cultural materialista) relacionar-se estreitamente com a Sociologia e com as outras disciplinas (sozinha não poderá levar a cabo suas tarefas críticas) e – nos passos daquela apresentação de tirar o fôlego que Sartre fez para a revista *Les Temps Modernes* e que alguns de nós não esquece: abraçar inteiramente a sua época (pois ela é sua única chance e é antes de tudo um futuro), não tirar o corpo fora (não se pode nem se tem nenhum meio de fugir), situar-se, estar em situação na sua época (assim cada palavra tem ressonância e cada silêncio também). Quanto ao Sílvio e suas considerações sobre as escolas técnicas, concluiria que apesar de sua especificidade, tais escolas não podem se limitar à preparação para o trabalho *stricto sensu*, isto seria colocá-las a serviço do processo produtivo, da reprodução do capital; seria praticamente entregar os jovens,

os alunos-trabalhadores, ao mercado e ao que este, quando entregue a sua desmedida, encerra de barbárie. Quanto as que ele fez sobre o currículo me permitiria, na concordância, enfatizar sua base mínima comum nacional e, sem minimizar as dificuldades apontadas, propor que o currículo em seu conjunto, – da Filosofia e da Sociologia reintegradas e integradas às demais disciplinas –, seja reavaliado por meio de um amplo debate, envolvendo necessariamente educadores e sociedade civil, se quisermos, é claro, que o Ensino Médio corporifique um projeto da nação. Nesta perspectiva, correndo perigosamente, mediações à machadadas, gostaria pelo menos de retomar o conceito de formação enquanto um conceito agarrado ao Estado Nacional. Quando digo retomar é retomar mesmo, vou me servir dos estudos de Paulo Arantes, despertados por Roberto Schwarz, estudos de uma década e tanto atrás, que começam sublinhando como a ideia de formação figura no centro de alguns livros fundadores da tradição crítica brasileira, tais como *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Cândido, *Formação da economia brasileira*, de Celso Furtado, *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Nesta tradição teria se concentrado o essencial do nosso debate intelectual, debate em torno da decisiva questão da passagem, então moderna por excelência, da colônia à nação, em torno da herança colonial a ser vencida. Em outros termos, nossos intérpretes queriam saber de que modo esta herança e a posição de subalternidade no capitalismo

mundial comprometiam a capacidade dos brasileiros de conduzir o seu próprio destino. Alguns exemplos do que disseram são necessários? Basta ir atrás da indicação do Paulo Arantes, começar pelo primeiro capítulo do *Formação do Brasil Contemporâneo*, que é de 1942, por um ponto de interrogação ao seu título, “O Sentido da Colonização”, e de Caio Prado Júnior obter a seguinte resposta: “fornecer *commodities* (mercadorias em estado bruto, produtos primários) para o mercado mundial e nada mais do que isso”. Se dermos um pulo de meio século, até *Brasil: a Construção Interrompida*, de 1992, um Celso Furtado preocupado com a contagem de um tempo histórico que se acelera contra os brasileiros, quer saber se temos um futuro como nação (uma nação indispensável à construção desse futuro), ou se vão prevalecer forças empenhadas em interromper nosso processo histórico, processo de formação do Estado-nação. Então, diante da construção nacional interrompida – me reporto agora a uma entrevista que Paulo deu, junto com Otilia Fiori Arantes, para a revista *Praga* em fins de 1997, confiando que dez anos depois não me arrisco demais diante de seu devastador “espírito de contradição organizado – e de seu pessimismo organizado, não hesitaria em ajuntar – que não se permite um instante sequer de essência afirmativa”, também uma definição, em formato de *boutade*, do que seria o trabalho do filósofo –, diante da interrupção da nacionalidade – talvez fosse melhor dizê-lo com Paulo Emílio Salles Gomes: diante da “penosa construção de nós mesmos” – (sim, professores de Filosofia que somos, não temos o

direito de nos impressionar com estatísticas na linha do porque me ufano do meu país, com números que anunciam novos patamares de consumo, é preciso incluir o capital cultural na dura caminhada dos que hoje ascendem socialmente, enfim, não dá pra ignorar Bourdieu), recomeçava a lembrar da entrevista, a construção nacional interrompida não anula, antes exige o ponto de vista histórico da formação, não só um ponto de vista crítico, antes o único de que dispõe o intelectual nessas bandas de cá. Alegar que já passou o tempo das formações nacionais, é uma maneira de varrer para debaixo do tapete as marcas que nos deprimem, é fingir que não é conosco, que nossa trama de relações sociais horrorosas (ou nossa imundície de contrastes, se quisermos falar como Mário de Andrade no início dos anos 1930) não nos diz respeito. É tornar completamente obsoleto o distinguir entre realidade e ficção. É ficar na esfera da circulação ou da troca das mercadorias, este verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem (onde só reinam liberdade, igualdade, propriedade e Benthan, conforme célebre passagem de Marx no *Capital*), é se recusar a conhecer o local reservado à produção onde se lê numa tabuleta à entrada: *Eintritt nur in Geschäftsangelegenheit/ No admittance except on business*. Na verdade, arrematava o Paulo, dar as costas para tudo isso, imaginando-se um abstrato cidadão do mundo, tem um preço cultural muito alto, pura e simplesmente o da irrelevância intelectual! Bem, dados sumariamente alguns exemplos (o clássico de Antonio Cândido – determinante na medida em que a formação literária,

os momentos decisivos da formação da literatura brasileira, a constituição progressiva de um sistema literário no qual autor, obras e público estão necessariamente interligados, o esforço e o desejo dos brasileiros de terem uma literatura, se dá em paralelo com a construção da nacionalidade –, mereceria um capítulo à parte, inclusive por ter inspirado o Paulo Arantes de *O Departamento Francês de Ultramar*, livro em que reúne os estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana, sobre os paulistanos em seu desejo de ter uma Filosofia), contextualizado o ponto de vista da formação, cabe considerar, nesse momento da volta da Filosofia e da Sociologia, se pensar não é também levá-lo em conta? Os alunos, provenientes em sua grande maioria de famílias empobrecidas, têm alguma chance sem este ponto de vista, sem professores que possam lhes ajudar nessa formação crítica e, desse modo, fazer com que se sintam mais relevantes? No pressuposto de que os alunos, de que os jovens vão se sentir mais relevantes quando capazes de pensar, de problematizar e produzir conceitos – conceitos certamente podem ajudar os jovens em seu processo de emancipação –, a pergunta que se impõe é: qual ou quais os melhores caminhos para adquiri-los, incorporá-los, tornar seus os conceitos?

Langón: Queria dizer algo, Laura?

Laura: Sim, estamos conversando toda a viagem, desde Caxias, absolutamente atentos e concentrados!

Langón: Aristóteles não tinha outro remédio do que caminhar com seus colegas, para conversar, mas agora podemos aproveitar lugares tão cômodos como este auto (risos). Tenho uma última pergunta a Emmanuel: durante o simpósio você fez uma crítica ao que Laura e Sílvio falavam. Uma crítica que, de alguma maneira, tinha a ver com o mundo atual, com a televisão que anda por aí, citaste inclusive Bourdieu, com as coisas que estão formando a garotada, que com a indústria cultural custa lhes dar instrumentos e elementos críticos para que possam lutar por sua emancipação. Queres dizer algo mais sobre isso ou já disseste tudo?

Appel: Não chegou a ser propriamente uma crítica, antes uma expectativa menos otimista quando à produção de conceitos em sala de aula que ambos bem defenderam. Não poderia sequer ter dado a impressão de crítica! Sim, até onde acompanho o trabalho do Sílvio, um dos poucos que aqui no Brasil concentrou sua reflexão na área do ensino de Filosofia, inclusive quando quase ninguém mais acreditava no seu retorno como disciplina obrigatória, ele continuou escrevendo sobre a Filosofia e seu ensino. Quanto ao de Laura Agratti, embora ainda não tivesse lido o seu texto no livro do Simpósio que acabamos de realizar em Caxias do Sul, teve o cuidado de me dizer, após a mesa em que tive o privilégio de estar ao lado do professor João Carlos Brum Torres (sua afirmação numa mesa-redonda da SBPC/Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Belo Horizonte, nos hoje distantes anos 1970, de que o exercício do

filósofo seria o de uma clandestinidade desenvolva, ousada até a desfaçatez, clandestinidade então indispensável a sua sobrevivência, bem que poderia hoje servir para contrabalançar nosso fechamento institucional) –, que colocaria (ela, Laura) uma posição diferente da minha, a da defesa já no Ensino Médio da leitura dos clássicos, dos pequenos grandes textos dos filósofos maiores. Assim, eu acabei fazendo aquela intervenção divergente (sic!) que, tomara possa desenvolver um pouco mais agora: Porto Alegre não está longe, mas mesmo assim não sei se posso pedir ao nosso experiente e atento motorista que continue sem pressa de chegar! Bem, ainda que minha dívida para com alguns dos textos mais conhecidos da Escola de Frankfurt tenha ficado evidente, acho que é prudente pensar que não se tenha atentado para suas implicações: uma delas é admitir que nesta sociedade, administrada pela indústria da produção cultural (sabemos que em Adorno o conceito de cultura está ligado ao de administração), a capacidade de direcionamento da ideologia dominante tornou-se muito maior: direciona nosso olhar, nosso pensamento, nossos interesses, enfim. E o faz para os pontos que ela, a indústria cultural, ao mesmo tempo ilumina e administra. Sabemos também que, como indústria, investiu alto num público consumidor de produtos simplificados, num público sem nenhuma necessidade de pensamento próprio, menos ainda de espírito crítico. Ora, se seria ocioso nisto insistir (afinal já se passaram mais de sessenta anos desde a publicação da *Dialética do Esclarecimento*), volto a anotar que

Leandro Konder, em “A Questão da Ideologia”, vai ao que nos interessa: “os professores se convencem de que estão ajudando seus alunos a avançar pouco a pouco na assimilação da cultura; os alunos, massificados, lisonjeados com a semi-cultura (ou semi-formação/*Halbbildung*) a que estão chegando, satisfazem-se com o que lhes está sendo dado e são induzidos a preservar o que lhes parece ser o seu saber, o seu patrimônio cultural, reagindo contra quaisquer objeções dos eternos questionadores, dos sempre insatisfeitos, reagindo enfim contra o que lhes parece insensatas investidas da crítica radical”. Se recorrermos novamente a Adorno, a indústria cultural, apesar da aparência em contrário, é totalitária, não porque imponha conclusões, antes por impedir que elas se formem; consolida preconceitos, não rompe com hábitos mentais e expectativas, pelo contrário os fortalece, a passividade é seu elemento, é o traço que a denuncia. Quanto à citação que fiz de Bourdieu, foi menos para falar de suas brilhantes análises acerca da televisão, o jornalismo e a política (que tanto se pode encontrar em “Sobre a Televisão” como em “Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal”), outro belo exemplo do trabalho que se deve esperar dos sociólogos, e mais para aproveitar sua proposta de criar conexões entre os jornalistas e os pesquisadores, aí incluindo os professores de Filosofia, desenvolvendo forças de resistência contra as que se abatem sobre o jornalismo e que este rebate daí sobre a produção cultural e daí sobre toda a sociedade. Eu quero concordar com o Sílvio e a Laura, mas acho que eles

estão sendo otimistas demais, tomara que eles tenham razão e que o eixo problemático do Sílvio (que toma a Filosofia como uma atividade em torno do problema, portanto do que leva ao filosofar) e o professor fazedor de perguntas da Laura (a partir de elementos daqui e dali, elementos de nosso contexto, de nossa atualidade) sejam realmente possíveis. Como eles têm mais experiência que eu, como certamente refletem sobre essa temática há mais tempo, conversam com professores que trabalham e fazem esse exercício do filosofar: – Sílvio chega a nos alertar que um professor que em sala de aula não demonstre essa capacidade de produzir conceitos está desautorizado, não tem condições de fazer este convite a seus alunos. O que estou querendo dizer é que a formação dos professores proposta por Sílvio e Laura tem minha concordância, mas acho que há aspectos voluntaristas, não digo isso como uma acusação, não é incomum entre nós, filósofos e/ou professores de Filosofia. Minha intervenção, expressando minha expectativa menos otimista não só leva em conta como está enraizada nas condições sociais em que vive a grande maioria dos brasileiros. Alguns dos meus alunos que trabalham na periferia de Curitiba, que é tida como uma capital de desigualdades não tão gritantes, não só têm dificuldades de dar aula como até de chamar a atenção dos alunos para que a aula aconteça, que tenha o seu início. Mas tenho também meus depoimentos. Eu apresentei a defesa de leitura dos clássicos – isso é uma coisa que eu queria contar para o Sílvio que conhece bem Curitiba – num encontro organizado pela Secretaria de Educação do Estado, com a

presença dos professores de Filosofia e de Sociologia que compõem o núcleo dessas disciplinas junto a Secretaria, quando do exame do livro didático público – apresentei a defesa da antologia de textos –, defesa que vinha sendo desenvolvida já há algum tempo e inclusive apresentada no Simpósio que realizamos em Londrina em 2006 –, de pequenos grandes textos de filósofos e sociólogos reconhecidamente clássicos, assim definidos por um grande conselho de professores, provenientes do maior número de Estados possível, com cada clássico sendo apresentado necessariamente por dois. E dei alguns exemplos, tirados de minha experiência como professor no Colégio Estadual do Paraná: numa turma fui logo substituindo aquele clássico manual do Regis Jolivet, o seu Curso de Filosofia. Naqueles tempos os quatro grossos volumes do Jolivet eram usados na graduação (era um curso de Filosofia dado por padres maristas e que usavam esse autor) e tinha um volume que resumia os quatro, o qual era utilizado no Ensino Médio. Não era de estranhar que os alunos detestassem a Filosofia e quando introduzi *O existencialismo é um humanismo*, do Sartre, aquilo foi um sucesso monumental. Se voltasse hoje ao Ensino Médio não hesitaria em propor a leitura desta conferência de 1943 no Clube Maintenant, e acrescentaria um capítulo do Max Weber de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nesse colégio público estadual estudavam alunos da média e até da alta classe média, era o principal colégio público do Paraná e fica no centro de Curitiba, então, precisamos dar alguns descontos, a maioria dos alunos era proveniente

de classes bem instaladas socialmente. Mas, ainda assim, quando eventualmente os encontro (recentemente isto se deu com uma das minhas ex-alunas que é hoje diretora de uma escola), dizem que das minhas aulas o que mais se lembram era justamente daquele texto do Sartre. Isto, evidentemente, é menos do que o que a Laura e o Sílvio propõem, eles estão propondo desafios mais significativos. Fiz essa proposta da antologia levando em conta que há no Brasil um número razoável de professores formados nesta tradição de conhecer alguns clássicos. Nesse momento em que ela volta, talvez, tenhamos que falar mais da Filosofia e menos da Filosofia por meio do cinema e da literatura, não que eu não os considere – fui dirigente de um cineclubes (do Cineclubes Pró-Arte do Colégio Santa Maria que na época ficava no centro de Curitiba, ao lado do Teatro Guaíra), lia Paulo Emílio Salles Gomes, costumava ir muito ao cinema, continuo até hoje (se vejo menos filmes continuo atento ao cinema, coordeno na Ufpr um projeto que visa tornar o seu campus central culturalmente relevante para os cidadãos curitibanos, projeto no qual o cinema e o cineclubismo vêm sendo discutidos com prioridade, devido sua importância tanto na formação do público quanto na dos alunos), mas nesse exato momento é como se tivéssemos que mostrar para a sociedade que temos um objeto de trabalho e que este objeto, o de ensinar Filosofia, se enfrenta melhor com os filósofos, trabalhando os seus textos, com os considerados clássicos, inclusive aqueles que constituem uma espécie de patrimônio cultural da humanidade, patrimônio crítico que

deve ser posto à disposição – inclusive por uma questão de direito, por uma questão de cidadania cultural – dos alunos, em especial dos empobrecidos, para que eles não sejam sacaneados pois sem outras alternativas emancipatórias além da escola. Além disso, uma base nacional, um currículo mínimo comum, supõe a eleição de alguns temas necessariamente com alguma universalidade e esta se encontra nos clássicos. Ora, se eu e o Sílvio, Laura e Langón, tivéssemos que montar um programa de História da Filosofia, inclusive montá-lo para alunos que nunca tiveram Filosofia, tivéssemos que montá-lo com alguns autores absolutamente indispensáveis, acho que nós todos, com as diferenças que temos, chegaríamos senão a um consenso – e por maior que fosse a nossa simpatia por determinados autores –, chegaríamos à conclusão de que há alguns nomes, nesses 2600 anos de Filosofia, que são indispensáveis porque sem eles é muito difícil compreender o próprio movimento das ideias já que os filósofos sempre estão trabalhando no sentido de um refutar o anterior ou seguir os seus rastros e assim por diante. Acho que este programa de textos que venho imaginando e trocando ideias a seu respeito, permitirá aos alunos o acesso – com todas as abordagens possíveis, na dependência da formação de seus professores – aos momentos decisivos da história da Filosofia. Assim, se o Ensino Médio – ainda mais o de quatro anos pelo qual é preciso lutar – constitucionalmente prepara para a vida na sociedade civil, na *bürgerliche Gesellschaft*, na sociedade civil-burguesa, este território da desmedida e dos interesses egoístas, então pra

não se deixar quebrar, pra ser um cidadão contemporâneo, para ser senhor de sua subjetividade, tem que passar pelo Freud. Enfim, têm certos nomes inevitáveis, tem que passar pelo Kant para fazer uso de seu entendimento, fazer uso público de sua razão (sem considerar que Kant sentenciou que não se aprende Filosofia e sim se pode aprender a filosofar, o que nos devolve à questão que doravante vai se impor como urgentíssima, o ensino da Filosofia).

Laura: Só uma pergunta: o que é mais importante hoje, no marco da História da Filosofia, neste paradigma de ensino de Filosofia embasado na História da Filosofia, é conveniente ir do passado ao presente ou não conviria começar dos problemas do presente e, em uma experiência de leitura, buscar os nexos com o passado? O que é mais importante hoje para um jovem, ler *Homo-sacher*, de Agamben, *Império*, de Toni Negri ou *O Contrato Social*, de Rousseau ou a *Política* de Aristóteles? O que tem mais a ver com nossos alunos, com nosso presente, inclusive para nós: ver a postura de Foucault de biopoder e buscar as raízes do pensamento ou se vamos do passado ao presente? E chegamos, não se sabe quando – nunca se chega – no pensamento contemporâneo.

Langón: Quando tu puseste um exemplo de trabalhar com um clássico referiste Sartre, quer dizer, arrancaste de algo praticamente presente. Sartre naquele momento, Foucault e Deleuze neste, não há um abismo, não se trata de denegar Aristóteles. Minha pergunta é: qual seria o critério para eleger os clássicos, poderia incluir Salazar Bondy ou Mariátegui

ou haveria que excluí-los em prol de quantos? Porque se recorrermos à História da Filosofia, facilmente encontramos dez nomes do passado, porém, seria muito mais difícil acordar nomes atuais e, talvez, esses seriam os que moveriam. Um professor move com Sartre porque Sartre o comove, e outro comove com Negri ou com Deleuze.

Appel: Eu concordo, só que enquanto uma política de Estado é mais provável que tenhamos professores formados para atuar em torno de nomes mais consensuais do que em nomes como esses que foram citados. Se o professor que for dar a disciplina sentir-se melhor, for mais capaz de trabalhar Toni Negri, por que não, pode, claro que sim. Isso vai depender muito da formação do professor, mas é provável que, pela história da instalação da Filosofia do Brasil, os professores que forem lecionar no Ensino Médio...

Laura: Quero fazer um esclarecimento. Quando estamos falando em autores assim, estamos pensando na formação de professores para o ensino de Filosofia. Eu entendo que a História da Filosofia é um capítulo da formação de professores e assim quero pensá-la: se sigo a cronologia ou se parto da atualidade. Isso é algo raro, especial, pois não se trata nos planos de estudos, em geral se trabalha em ordem cronológica. Não estou dizendo que tem que incluir o *Império* de Toni Negri no secundário, porém, se o professor de Filosofia somente basear-se em sua formação elementar do contato com a História da Filosofia e nunca chega a ver a Filosofia Contemporânea, convenhamos trata-

se de um período tão intenso, tão complicado... digamos, entre Moderna e Contemporânea, francamente, há que se fazer recortes e os recortes sempre vêm por nossas bibliotecas, por nossos trajetos formativos. Em nossas universidades, quem em sua formação não teve contato com Agamben, Cohen ou Mariátegui, por exemplo, dificilmente pode dispor, em curto prazo, desses conteúdos para pensá-los para a escola. Porém, se não está presente a Filosofia Contemporânea, em sua dinâmica tão complexa, não vai aparecer essa atualidade nas aulas de Filosofia, vai demorar muito.

Appel: Daria para resumir assim: o que importa é iniciar o aluno do Ensino Médio já em uma determinada tradição, isso me parece fundamental. Que ele tenha acesso a um grande livro, não importa, em princípio, qual. Nem é para transformá-lo num especialista naquele livro, é para que ele faça, por sua própria conta, esta experiência rara de ler um grande autor auxiliado por um professor que, evidentemente, não tem que ser um embrutecedor e explicador.

Laura: Por que o livro tem que ser o ponto de partida e não o problema e, por ele, o aluno chegue ao livro?

Appel: Mas é que é mais fácil organizar a discussão em torno de um livro. Para um professor que não tem habilidade de provocar com perguntas, a mediação de um livro, ajuda a organizar a sua aula.

Laura: O professor não tem a obrigação de propor as perguntas. Tem que tratar de promover que os

alunos construam suas perguntas e depois que roubem de um texto ou de outro para armar suas respostas. Ele tem que suscitar as perguntas, não interessa a pergunta do professor. Aos alunos não deve importar a figura do professor, o que ele pergunta. O aluno tem que ter a possibilidade em sua classe de criar sua pergunta, inventá-la e depois roubar aqui e ali nos livros, será leitor e depois escreverá sua ideia em função do que roubou.

Appel: Tudo bem, nós estamos pensando em pontos de partida diferenciados.

Laura: É uma diferença importante.

Appel: Mas, Laura, o que eu estou propondo faz com que o professor desapareça porque ele revela – por meio do contrato de leitura e da bibliografia complementar – para os seus alunos como é que se tornou professor, como adquiriu o seu saber. É através da sua desmistificação que os alunos se apropriam do texto, de alguma maneira ele desaparece.

Langón: Está bem, desaparece aparecendo... Gostaria de pôr um problema de experiência que creio ter a ver com o que poderíamos chamar de formação. Eu ministrei durante alguns anos a disciplina História das Ideias na faculdade de Direito da Universidade. História das Ideias supõe, em primeiro lugar, sair da ideia de uma História da Filosofia no sentido de que primeiro apareceu Tales de Mileto que tirou uma ideia e logo depois apareceu outro que lhe criticou e tirou outra e, aí chega a época Moderna e surgem cabeças capazes de pensar toda essa história e

dizer: “Ah, sim, claro, tudo isso é coerente porque é uma história das ideias e, portanto, chegamos ao momento do saber absoluto que se sabe como histórico a partir dessa discussão de ideias.” E surge a inversão posterior e imediata dizendo: “Bem, não se trata somente de ideias, senão que as ideias respondem a problemáticas que não são ideias e, às vezes, mudam por um processo que vem do plano material” – para usar uma terminologia clássica de Marx. Então, me encontrava com dificuldades práticas. Começo por apresentar os problemas da História das Ideias a pessoas que não sabem História das Ideias, começo por expor os problemas contemporâneos para logo partir para trás? Encontrava sempre determinadas soluções que são sempre ajustáveis. Começava, por exemplo, com a leitura de Fukuyama, que é a leitura de Kojève, que é a leitura de Hegel, traçar os problemas atuais e daí saltar a pequenos pontos da antiguidade clássica. Como a ideia que toda a cátedra compartilha é que o curso tem duração de seis meses, trabalhamos principalmente a Modernidade. Porém, eu tinha um ajudante que trabalhava comigo. Tempo depois, vem a reforma educativa no secundário, este ajudante se entusiasmou com a reforma porque ela trabalha por áreas e propõe começar com as crianças de 11 anos a trabalhar sobre: os limites da ciência; os grandes problemas do mundo atual como a fome, norte-sul, desenvolvimento – ou seja, com o manejo de conceitos feitos – a crise mundial de 1929, e assim seguia o programa. Este professor dizia: “não entendo porque te opões a isto se é o mesmo que você faz na universidade”. “Sim, porém na

universidade os estudantes já têm uma formação histórica, ouviram falar do homem de Cormangnom, têm ideia do Egito, dos gregos, da Revolução Francesa, ouviram falar de Marx... Então, o mesmo currículo não pode servir aos distintos níveis porque tem a ver com a formação de cada um”. É terrível, chegamos a Porto Alegre! (risos).